

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A SITUAÇÃO DA CLASSE MÉDIA PORTUGUESA DIANTE DA CRISE

MONOGRAFIA

WILLIAN VERDI

Santa Maria, RS, Brasil

2015

A SITUAÇÃO DA CLASSE MÉDIA PORTUGUESA DIANTE DA CRISE

Willian Verdi

Monografia apresentada ao Centro de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para
obtenção do grau de

Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Alfredo Massen Prieb

Santa Maria, RS, Brasil
2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Econômicas**

A Comissão Examinadora abaixo assinada aprova a Monografia.

A SITUAÇÃO DA CLASSE MÉDIA PORTUGUESA DIANTE DA CRISE

elaborada por
Willian Verdi

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas

COMISSÃO EXAMINADORA:

Sérgio Alfredo Massen Prieb, Dr.
(Presidente/Orientador)

Élder Estevão de Mello, Ms. (UFSM)

Roberto da Luz Júnior, Dr. (UFSM)

Dedico este trabalho à
minha mãe, que
sempre foi o meu maior
exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Nobre é o homem que tem a gratidão como uma de suas virtudes. Por isso, o meu sincero reconhecimento àqueles que, de alguma maneira, colaboraram para que essa monografia fosse realizada.

Em primeiro lugar, à minha mãe Sônia Marli Girardi Verdi e meu avô Egídio Girardi. Pessoas que me ensinaram a importância de justiça, perseverança, honestidade e respeito. Espero ter honrado vocês na minha busca por conhecimento e prática dos valores que me foram ensinados.

Em segundo, aos meus mais antigos amigos, Patricky Oliveira Barbosa e Bruno Halfen Fagundes. Não há outra palavra que descreva melhor tudo que já passamos além de irmandade.

Demonstro minha gratidão ao meu pai, Leonil Verdi, aos demais amigos e familiares que de sua forma contribuíram com algo em minha jornada.

Finalmente, também agradeço aos docentes da Universidade Federal de Santa Maria que, nesta contínua busca pelo conhecimento, são responsáveis por abreviar esse caminho. Dedico reconhecimento especial ao meu orientador, Sérgio Alfredo Massen Prieb, o principal professor a me inspirar na jornada acadêmica para me tornar um economista.

“O sucesso e o amor preferem o corajoso”

Ovídio

RESUMO

A expressão “classe média” foi-se incrustando cada vez mais e vulgarizando-se na linguagem popular, sendo que a literatura produziu uma extensa variedade conceitual sobre a classe média, sem produzir nenhuma definição consensual. Em Portugal, um país eminentemente rural, pobre, quase analfabeto e isolado das tendências dos países mais avançados da Europa até a Revolução dos Cravos em 1974, começa a configurar, sob a perspectiva de desenvolvimento gradual do grande capital, uma classe média de rápida concentração urbana, que se torna um novo grupo de referência que altera o estilo de vida de milhões de trabalhadores, não apenas pelo nível de rendimento, mas também pelo elevado padrão de consumo. A crise econômica de 2008, porém, está afetando os trabalhadores do mundo todo. Em Portugal os efeitos dessa crise representam um momento impactante para a história, onde conquistas históricas estão sendo retiradas sob o argumento de cortes orçamentários necessários para o governo português equilibrar as deficitárias contas públicas. Assim, os trabalhadores que conseguem manter seus empregos, vivenciam uma regressão social que se manifesta na forma de corte de subsídios estatais, ampliação da jornada de trabalho, diminuição de gastos na educação e saúde, congelamento de salários e aumento dos impostos.

Palavras-chave: Classe média, Portugal, crise econômica.

ABSTRACT

The term "middle class" is gone embedding more and popularizing it in the popular language, wherein the literature produced an extensive conceptual variety on the middle class, without producing any consensus definition. In Portugal, a predominantly rural country, poor, almost illiterate and isolated from the trends of the most advanced countries of Europe until the Carnation Revolution in 1974, begins to set, from the perspective of gradual development of big capital, a middle class of rapid urban concentration, which becomes a new reference group amending the lifestyles of millions of workers, not only by the level of income but also by the high standard of consumption. The economic crisis of 2008, however, is affecting workers worldwide. In Portugal the effects of this crisis are a striking moment in the history where historical achievements are being removed on the grounds of budget cuts required for the Portuguese government deficit redressing the balance public accounts. Thus, workers to keep their jobs, they experience a social regression manifested in the form of cutting state subsidies, expansion of working hours, reduction in spending on education and health, wage freeze and higher taxes.

Keywords: Middle class, Portugal, economic crisis.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Evolução do número de empregados e desempregados em Portugal, entre 2007 e 2013.....	28
Tabela 2 –	Desemprego em Portugal no 3º trimestre de 2010.....	29
Tabela 3 –	Evolução do Coeficiente de Gini em Portugal e na UE-27.....	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taxa de crescimento real do PIB e taxa de desemprego em Portugal (%).....	32
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	TEORIAS SOBRE A CLASSE MÉDIA.....	14
3	PENETRAÇÃO CAPITALISTA E A CLASSE MÉDIA PORTUGUESA.....	19
3.1	O período Salazar.....	19
3.2	A Revolução dos Cravos e a ascensão da classe média.....	21
4	A CRISE ECONÔMICA E A CLASSE MÉDIA PORTUGUESA.....	25
4.1	Os efeitos da crise econômica sobre a classe média.....	25
4.2	As medidas tomadas para minimizar a crise econômica.....	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
	Glossário.....	45

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a origem, evolução, conceituação e importância da classe média para a sociedade é tema polêmico e recorrente. Historicamente busca-se delimitar a dimensão da classe. Atualmente, torna-se necessário entender para onde rumo tal segmento social, se para uma ampliação graças aos processos de facilidades ao consumo nos dias atuais, ou se para um declínio e possível extinção.

A expressão “classe média” foi-se incrustando cada vez mais e vulgarizando-se na linguagem popular. Assim, faz-se necessária uma análise mais aprofundada de qual seria o conceito de classe média e do processo de configuração da classe num levantamento histórico do surgimento e evolução da mesma. Em uma definição de classe média, a partir de critérios sócio ocupacionais, ao contrário da definição de classe somente no critério do diferencial de rendimento ou de participação da renda nacional, há a possibilidade concreta de identificar a dinâmica de manifestação que delimita a classe média ao longo do tempo.

Apesar de ter sido inicialmente pensada e teorizada como “negativa” pelo marxismo, as profundas reestruturações das teorias de classe tem gerado um novo potencial político e sociológico à classe média, pensada como uma combinação de capital cultural, educacional, econômico e social.

Para Estanque (2013, p. 172), 25 de abril de 1974 constituiu uma “peça teatral” que evoluiu para uma farsa onde a classe trabalhadora de um país pobre, quase analfabeto, predominantemente agrícola e isolado das tendências internacionais, fingiu ser “classe de serviço” da classe dominante. Hoje, contudo, existe o sério risco de, como ato final, a dita farsa culminar em tragédia, com uma classe média ilusória sofrendo o drama do empobrecimento.

Tem-se observado nos últimos tempos sinais de enfraquecimento de alguns setores da força de trabalho que pareciam estar consolidados em posições seguras da classe média. A crise com seus efeitos de contenção de despesas, cortes salariais e um vasto conjunto de medidas drásticas e pacotes de austeridade estão empurrando para a beira da pobreza diversos setores e categorias profissionais em vários países da Europa, onde se pode destacar Portugal.

Como se sabe, as questões sobre desigualdades de classe só começaram a ser entendidas como algo problemático quando as velhas ordens sociais deixaram de justificar-se por desígnios divinos ou naturais e, a partir das revoluções que encerraram o regime feudal, a ser entendidas como fenômenos sociais, sendo que para Estanque (2003, p. 3), os fenômenos de mobilidade social “continuam a marcar a orientação subjetiva da ação e a desempenhar, ao nível do sistema geral, um papel decisivo”.

A crise econômica mundial de 2008 acarretou inúmeros efeitos danosos para a sociedade em geral. A classe média, como classe intermediária é objetivo de estudo frente tais efeitos da crise econômica visto que esta tem agora de encarar a precarização do trabalho, o aumento do desemprego, diminuição dos salários e perda de direitos trabalhistas, gerando dúvidas e insegurança quando ao seu presente e futuro.

O aumento do desemprego, a precarização do trabalho e a perda de direitos e conquistas alcançadas em muitos anos de luta são apenas os mais visíveis desafios que os trabalhadores têm enfrentado nos últimos anos. Soma-se a estes o questionamento de sua centralidade, a fragilidade de sua própria organização e representação através de movimentos sindicais.

O problema de pesquisa a ser desenvolvido buscou responder: qual a situação em que a classe média portuguesa se encontra diante da crise econômica iniciada em 2008?

O objetivo de pesquisa foi estudar a situação da classe média portuguesa diante dos efeitos da crise econômica mundial. Partindo de uma discussão sobre a conceituação de classe média, buscou-se analisar o histórico da formação e evolução da classe média em Portugal e por fim demonstrar a situação da classe média portuguesa a partir da crise econômica de 2008.

A atualidade deste trabalho se justifica por esta bipolarização que separa ricos de pobres, numa distância que não para de aumentar, em que os salários da classe média não param de diminuir, e, além disso, o poder de compra parece ser cada vez mais reduzido. A desigualdade é um problema perverso e indissociável das

políticas que aplicam todo o peso dos cortes sobre os grupos sociais mais carenciados.

Nesta pesquisa o trabalho se desenvolvido por meio da análise descritiva, em que os dados sociais da classe média portuguesa serão analisados buscando, desta forma, mostrar a situação desta classe em meio à crise econômica que ocorre desde 2008. Segundo Cervo et al. (2007, p. 79), este tipo de pesquisa ocorre quando se registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los.

A pesquisa utilizou-se de fontes bibliográficas que tratam tanto do surgimento da classe média portuguesa bem como da sua situação atual, além de revistas especializadas e sítios da internet, que serão relidos, compreendidos e debatidos para auxiliar a enxergar os fatos. A pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema” (CERVO et al., 2007, p. 61). Também serão utilizados dados extraídos de órgãos e institutos de pesquisa de Portugal.

O trabalho é dividido em três capítulos, sendo o primeiro a respeito das teorias e perspectivas históricas sobre a classe média, seguido do capítulo sobre a penetração capitalista e o surgimento da classe média em Portugal após a Revolução dos Cravos, e, posteriormente, uma tratativa sobre os efeitos e impactos da crise econômica sobre esta classe média. Ao final foram feitas considerações finais acerca do tema.

2 TEORIAS SOBRE A CLASSE MÉDIA

A definição utilizada na Europa no século XIX de que classe média era o segmento social situado entre a classe dos proprietários dos meios de produção e a classe trabalhadora que só possuía força de trabalho, tornou-se insuficiente e a literatura produziu uma extensa variedade conceitual sobre a classe média, sem produzir nenhuma definição consensual.

Em sociologia, podem ser observadas duas principais vertentes teóricas sobre as classes sociais. De um lado, a vertente weberiana, conforme Weber (1971, p.63), de características mensuráveis, tal como a renda, a ocupação e a educação, portanto constituída nas individualidades, sem considerar a ideia de consciência de classe. Na segunda vertente, aplicando conceitos da tradição marxista, para Ferraz (2009, p. 272), pode-se referir como classe um grupo bem delimitado estruturalmente, dotado de padrões de comportamento e estilo de vida diferenciado do das demais classes, sendo assim, consciente de si.

Dentro das principais formas de definir a classe média, temos o critério renda. No entanto, o conceito que determina a classe de um indivíduo por quanto ele ganha pode modificar a concepção de classe ao longo do tempo devido às oscilações na distribuição de renda. Numa variação do critério renda, classe média seria definida pelo potencial de consumo das famílias. Nesse sentido, a posição ocupacional pode ser o indicador mais adequado do que a renda individual. Mesmo que os rendimentos individuais variem, as pessoas procuram manter, na média, o mesmo padrão de vida. Sendo assim, grupos sociais delimitados por ocupações permitem melhor entendimento das tendências de longo prazo.

Fazendo uso dos critérios descritos por Souza & Lamounier (2010, p. 14), como fator objetivo de classe, a educação constitui fator de estreita associação no leque de ocupações existentes, sendo fator determinante das chances de mobilidade ocupacional no futuro como efeito de maiores retornos de renda associados à exigência de diplomas de nível superior.

Podemos considerar ainda o critério subjetivo de identidade de classe, conceito que envolve uma ideia de valores, atitudes, crenças e estilos de vida. Nas democracias contemporâneas, segundo Souza & Lamounier (2010, p. 16) ser de

classe média significa valorizar a ambição de crescer e a luta por um nível de renda adequado que lhes permita controle de seu destino econômico, o respeito à liberdade individual e a possibilidade de desfrutar tranquilamente de um padrão elevado de lazer.

Para Estanque (2003, p. 70), a noção de classe média deve ser justificada por duas perspectivas aparentemente opostas, mas que não só constituem de forma concreta a realidade social como funcionam como intensificador uma da outra: a primeira, a classe média enquanto categoria objetiva, ou seja, um campo amplo de adequação a padrões melhores de vida para um vasto setor da classe trabalhadora oriunda de segmentos mais carentes; a segunda, a classe média enquanto categoria subjetiva, ou seja, uma simbologia do vislumbre de oportunidades, criador de atitudes adaptativas e de aceitação, como mecanismo de ajustamento ao sistema social, sustentando assim a reprodução das próprias desigualdades sociais.

Segundo Pochmann et. al (2006, p. 16), o consumo diferenciado desta classe média se relaciona diretamente com a posição tanto na estrutura ocupacional como na distribuição pessoal de renda e riqueza, tendo assim que, ao se estudar classe média, observar a associação tão comum na literatura, entre classes sociais e consumo. Num sentido em que as classes podem ser vistas como processos mutáveis dentro das estruturas econômicas, políticas, culturais e ideológicas, o termo classe média não responderia a uma base conceitual fixa. Atendendo à temporalidade da definição de classe média de forma concomitante às principais transformações no modo de produção capitalista. Por consequência, a classe média deve ser entendida como portadora de status social reconhecido, bem como padrão de consumo estável acima do popular.

Na perspectiva anglo-saxônica, o segmento identificado como classe média apareceria como resultado da transição do servo da antiga sociedade feudal para a condição de operário urbano, uma expressão da própria burguesia nascente. Enquanto na visão marxista, poderia existir uma classe estruturada entre a riqueza apropriada pela nobreza e o pauperismo dos operários urbanos.

Segundo Pochmann (2014, p. 21), com a industrialização na Alemanha, França e Estados Unidos, surge a visão de classe média como prestadora de

serviços, expressa por ocupações mais intelectualizadas, associadas aos portadores de autogestão no interior do próprio trabalho.

Enquanto isso, Pochmann (2014, p. 21) destaca que Karl Marx propunha que classes intermediárias, acima dos antagonismos entre proletários e burgueses, seriam concebidas apenas como provisórias, pois estariam em fase de transição devido à condição de proletarização do trabalho decorrente do movimento de acumulação do capital.

Os impactos da industrialização retardatária para países como Itália, Rússia e Japão, através da força da Segunda Revolução Industrial resultaram para Pochmann (2014, p. 22), na formação de uma classe trabalhadora empregada em quadros de nível técnico e superior nas grandes empresas públicas e privadas, alterando a estrutura social pela ampliação da homogeneização do preço de mão-de-obra empregada em resultado das técnicas do fordismo. Ao mesmo tempo, ocorreu significativa absorção de mão-de-obra qualificada para suprir os serviços de educação, saúde, entre outros, gerados pelo Estado de bem-estar social do capitalismo oligopolista.

Em síntese, o capitalismo industrial permitiu mobilidade social enquanto medida de mudança no interior das sociedades. O velho agrarismo vinculado ao sistema de castas¹, a partir da difusão da propriedade privada combinada com a inserção no mundo do trabalho assalariado sucumbiu para sociedades industriais capitalistas, onde se generalizou a noção moderna de classe social.

Na reconstrução europeia com o final da Segunda Guerra Mundial, Pochmann (2014, p. 24) ressalta que ocorreu a expansão do setor terciário, sobretudo de serviços, simultâneo a um processo de transição dos padrões de produção fordista para o toyotismo². Com isso uma nova classe média dos serviços passa a ser influenciada pelos conflitos entre detentores e não detentores de informações estratégicas, portanto, de crescente instabilidade nos destinos ocupacionais.

¹ Que se apresenta praticamente impermeável às mudanças sociais.

² Modelo de empresa enxuta, menos burocratizada devido à generalização das terceirizações iniciada, a princípio, nos setores de menor remuneração.

Com a divisão do trabalho decorrente dos mecanismos industriais de meados do século XIX surgem, para Mills (1976, p. 85), novas ocupações onde são necessárias especializações não para criar objetos, mas sim na arte de coordenação e organização do trabalho daqueles que efetivamente criam. A tecnologia reduziu o número de trabalhadores necessários para dados volumes de produção. Enquanto a proporção de trabalhadores empregados na extração e produção diminuiu, a proporção necessária à prestação de serviços, distribuição e coordenação aumenta. Além disto, novas ocupações, ainda nesse período, surgiram como resultado da expansão e desenvolvimento das empresas públicas e privadas que têm como consequência o crescimento da burocracia³.

A partir do início do século XIX a classe média se tornou um extrato social de empregados, onde as oportunidades de renda, de poder, de prestígio e de adquirir habilidades são ditadas não pelo controle de uma propriedade independente, mas pelo mercado de trabalho. Para Mills (1976, p. 84) tal transformação da classe média passa, como fator negativo, por uma passagem da propriedade para a não propriedade, e, positivamente, baseia a estruturação de classes em uma estratificação por ocupações. Nessa transformação surgem os trabalhadores “colarinhos-brancos”, grande massa de trabalhadores que recebem salários-mês, dentre os quais se destacavam os professores, os vendedores, internos ou externos, e os vários tipos de empregados de escritório.

Acompanhando os ciclos de depressão e prosperidade, mudanças nas qualificações exigidas, nas características das operações mercantis, novas ondas tecnológicas e o aprofundamento da divisão do trabalho, que ao alterar o desenvolvimento capitalista, acabam também por alterar características de consumo total como consequência das participações relativas da renda nos extratos intermediários da sociedade. Portanto, as ocupações que se modificam nesse processo, como fontes de renda, permanecem dotadas de status e poder, vinculados à situação da classe.

Através de um instrumento de análise voltado para a participação do setor industrial, Pochmann (2014, p. 38) diz que ainda que a definição de classe social não se restrinja ao critério de rendimento, a classe média é altamente vinculada ao

³ Tendência da estrutura social que se confirmou como amplo campo de ocupações da classe média.

vigor do capitalismo industrial. Portanto, países em ritmo de desindustrialização tendem a perder importância relativa de suas classes médias. Isso acontece, pois a classe média pós-industrial ao enfraquecer seus vínculos mais diretos com o coletivismo na busca de valores definitivamente individualistas, sem que o indivíduo fuja da perspectiva da diferenciação do consumo, status social e poder.

Já autores como Costa (1974, p. 99), argumentam que as camadas intermediárias almejam a deserção, ou seja, um abandono de condição para transfigurar-se em classe dominante, fato que somente se efetiva em escala desprezível, onde resta uma gigantesca massa consumidora de bens e ideias. As classes médias herdaram da grande burguesia seu ideário político munido de conceitos de respeito aos direitos de propriedade e oportunidades, liberdade e patriotismo enquanto desejam que lhes seja reconhecido o mérito, aspiram penetrar nas classes superiores, porém os interesses fundamentais do sistema os mantêm em situação de dependência.

Singer (1965, p. 119) afirma sobre a mistificação da classe média, que esta reúne interesses tanto da classe dominante como das classes exploradas, juntamente com a incapacidade de reconhecer a sua atitude eclética frente aos antagonismos ideológicos. Por aspirarem elevar-se, mas temendo cair da posição que ocupam, Cohn (1965, p. 130) assinala que a classe média, por não ser cercada de interesses autônomos, acaba por servir de apoio às ações políticas de outros grupos.

3 PENETRAÇÃO CAPITALISTA E A CLASSE MÉDIA PORTUGUESA

3.1 O PERÍODO SALAZAR

A dinâmica capitalista tomou força na formação social portuguesa a partir de meados do século XIX. Em Portugal a penetração do capitalismo apareceu prioritariamente da valorização das modalidades de comércio externo e agricultura, sobretudo de exportação. Assim, tornam-se compreensíveis as dificuldades para o capital industrial se desenvolver, encontrando sucessivos entraves e bloqueios por parte dos interesses dominantes. Assim, Amaro (1982, p. 998) constata como consequência, que grande parte dos proprietários agrícolas conseguiu sustentar sua influência em nível econômico, político e ideológico através de seu vínculo com a predominância dos interesses comerciais internos e externos. O desenvolvimento industrial começa a aparecer em Portugal, sobretudo no final do século XIX e início do século XX, com destaque para as indústrias alimentares e têxteis.

No período da Primeira República, de 1910 a 1926, Amaro (1982, p. 1001) analisa que a fraqueza intrínseca do capitalismo obriga a classe industrial a ora aliar-se com a classe operária e ora com as burguesias tradicionais para buscar seu controle sobre a economia do país. Enquanto isso, o proletariado ainda era uma classe em formação e pouco numerosa, sendo vista uma continuidade entre a economia camponesa e a economia industrial, onde muitos trabalhadores permaneciam em formas de submissão formal do trabalho ao capital (indústrias domésticas e oficinas artesanais).

As dificuldades econômico-financeiras trazidas pela Primeira Guerra Mundial a quase todos os países europeus, acentuadas pelas contradições existentes na formação social portuguesa, puseram em crise o sistema democrático. Dado o fraco índice de progresso técnico existente na economia de Portugal, a acumulação capitalista apresentava um impasse como expressão desta crise que carecia, segundo Amaro (1982, p. 1005), de que o crescimento da mais-valia passasse por um agravamento da exploração da força de trabalho aliado a um amordaçamento do movimento operário.

Com a aprovação da Constituição de 1933, começou a vigorar em Portugal o Estado Novo, também chamado salazarismo, um regime ruralista-tradicionalista de

reconhecimento simbólico e ideológico através da valorização de aspectos da cultura popular portuguesa. Assim, o Estado salazarista foi resultado da luta do capitalismo contra a classe operária, uma resposta ideológica ao conflito entre capital e trabalho.

Com base em componentes fundamentais como intervencionismo, corporativismo e nacionalismo, o salazarismo, segundo Rosas (2001, p. 1032), tentou resgatar, integrar e orientar o povo português num contexto rigoroso, por vezes mítico, de domínio das propagandas, educação nacional, criação de uma cultura popular e controle do lazer. Nesse contexto, o Estado Novo atuava como uma espécie de catecismo para o resgate das almas portuguesas, fator que alimenta o caráter totalizante semelhante àquele sustentado por outros regimes fascistas da Europa, tais como a Alemanha de Hitler, a Itália de Mussolini, a Espanha de Franco e até mesmo o Brasil de Vargas.

Para Salazar, as vulnerabilidades sociais, tais como velhice, doenças ou invalidez, deveriam ser geridas pelas próprias famílias ou pela caridade, onde, Pimentel (2000, p. 482) destaca que a Igreja Católica desempenhava papel relevante não só de apoio para a sociedade, mas também para a própria construção do salazarismo. Assim, a vocação religiosa, cristã e católica devia ser vista como elemento constitutivo da identidade nacional portuguesa, expandindo o fervor religioso com o culto a Nossa Senhora de Fátima, cuja aparição⁴ teria ocorrido em 1917, ano da Revolução Russa.

Um banal acidente doméstico foi o que conseguiu tirar o poder das mãos de António de Salazar. Marcello Caetano foi o nome mais proclamado para assumir a presidência do Conselho. Já em seu primeiro discurso sucedendo Salazar, pode-se perceber um tímido sinal de mudança, procurando levar a cabo as suas ideias reformatórias com o objetivo de modernizar o país dentro do possível. Assim, Caetano (1969, p. 98) prontamente apresentou seu programa relativo à política social, onde deveria ser acelerado o ritmo da mesma para acompanhar e estimular o desenvolvimento econômico e assegurar uma distribuição mais equitativa de

⁴ As aparições de Nossa Senhora de Fátima foram utilizadas pela Igreja para se contrapor às ideias liberais da Rússia e, posteriormente, apoiar o salazarismo e condenar o comunismo.

rendimentos e, ainda, a situação dos produtores rurais teria especial cuidado por dever e necessidade de apresentar à agricultura a mão-de-obra que lhe carece.

É bem verdade que a Primavera Marcellista nunca visou transformar o regime salazarista numa autêntica democracia liberal, mas não há dúvida de que queria sair do fascismo, passando gradualmente, segundo Lucena (2002, p. 8), de um corporativismo estatizante para outro de caráter mais autônomo, havendo alguma liberdade política. Entretanto, a extrema esquerda não acreditava na reforma do regime salazarista, mas somente na destruição do mesmo. A queda do regime salazarista ocorreu, segundo Lucena (2002, p. 10) de forma que “agradaria Alexis de Tocqueville”. O cenário foi de abertura política que permitiu novo ritmo à economia portuguesa que viu o desemprego tendendo a desaparecer e a segurança social se expandir.

Assim, em Portugal, a classe média só começa a configurar-se a partir do processo de decadência do salazarismo nos anos 60 e que eclodiu com a Revolução dos Cravos em 1974. Para Estanque (2012, p. 61), o movimento de 25 de abril de 1974 tornou possível a maior recomposição da estrutura de classes de Portugal dos últimos 100 anos, aproximando os portugueses dos padrões de vida então vigentes na Europa desenvolvida, constituindo, ainda que de forma tardia quando comparado a outros países, o chamado Estado de bem-estar do pós Segunda Guerra Mundial.

3.2 A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E A ASCENSÃO DA CLASSE MÉDIA

A Revolução dos Cravos herdou um país eminentemente rural, pobre, quase analfabeto e isolado das tendências dos países mais avançados da Europa. Se os primeiros focos de industrialização já começaram de maneira tardia, só no final do salazarismo aceleraram-se os processos de concentração urbana. Com a consolidação do regime democrático e a adesão, em 1986, à Comunidade Européia, Portugal passou, rapidamente, a se constituir como uma sociedade de serviços.

Como fruto da revolução, o capitalismo estatal tornou-se dominante, como observado por Lucena (2002, p. 21), devido à vasta extensão do setor público

juntamente com sua composição, que incluiu, devido à nacionalização de todos os bancos, companhias de seguros e transportes, indústrias siderúrgica, naval, química, petrolífera e de cimento, áreas estratégicas decisivas. Assim, o Estado se tornou o maior, ou por vezes o único, empregador da classe trabalhadora, onde suas decisões visavam não só promover as condições de vida dos operários, mas garantir essencialmente a manutenção de um número demasiadamente elevado de postos de trabalho, mesmo quando muitos destes, segundo critérios econômicos, seriam dispensáveis.

Outro importante ponto da revolução foi a reforma agrária, que deveria atingir apenas os grandes latifundiários, mas, na verdade, a série de ocupações, seguidas de expropriação e coletivização da maior parte da terra das províncias do Sul, não pouparam vários pequenos e médios agricultores. Outras conquistas incluíram o advento dos sindicatos livres e melhorias da segurança social.

Nessa altura, o grande capital português já havia gradualmente se desenvolvido, apresentado independência perante o poder político e dado mostras de maior abertura a novas relações de cooperação com os sindicatos. O desenvolvimento econômico geral e a grande expansão do capital permitiu o aumento da combatividade e da capacidade de organização dos trabalhadores portugueses, como destacado por Lucena (2002, p. 21), com protagonismo de grupos de colarinhos-brancos. Quando o novo dinamismo do mundo empresarial não fosse suficientemente benéfico, os trabalhadores já sabiam que as grandes empresas poderiam lhes fazer concessões salariais e sociais.

Nessa altura, a capacidade integradora do sistema estimulava inclusive o surgimento de novas categorias de trabalhadores assalariados traduzidas não apenas em estímulos salariais, mas também em diversas formas de reconhecimento social e respeito, estimulando, segundo Estanque (2012, p. 32), a realização pessoal.

Assim, a (nova) classe média portuguesa, de rápida concentração urbana, torna-se um novo grupo de referência que alterava os estilos de vida de milhões de trabalhadores e cresce no berço de um Estado-providência em expansão que, para Estanque (2013, p. 173), expande a administração pública e o emprego não manual;

aumenta a renda; e proporciona qualificação educacional aos portugueses. O impacto do ensino superior e dos novos setores profissionais estimulados pelas políticas públicas é sentido na estrutura de classes.

Os autores que estudaram o Estado-providência em Portugal concordam que este surge tardiamente e, ao ponto em que, tanto o Estado como a população, não percebiam a proteção social como um direito, mas sim como um ato de boa vontade estatal, como afirmam Santos & Ferreira (2001, p. 185), em parte como reflexo da singularidade da trajetória econômica, social e política do país. Muitas fundações e associações assistenciais e culturais acabaram se transformando em puros serviços públicos. Após a revolução, os sindicatos tenderam a se expandir, porém mantiveram posições essencialmente defensivas, também procurando a proteção do Estado, assim tendo “como consequência a “canibalização” das velhas bandeiras de luta do movimento operário, daí resultando, portanto, o reforço da economia capitalista e a fragilização do sindicalismo” (Santos e Costa, 2004 apud Estanque, 2008).

Devido ao crescente papel do mercado e da racionalidade, a classe média caminhava para um sistema de meritocracia. As posições desejáveis eram preenchidas de acordo com as qualificações e talento. Costa (1974, p. 114) destaca sobre a honra contida nos dilemas educar-se ou desclassificar-se, e, integrar-se na escala de valores do sistema ou marginalizar-se. Vakiloulis (2009, p. 137) destaca que o trabalhador torna-se um controlador do processo de produção mediante as informações geradas pelas novas tecnologias, assim, mesmo os trabalhos mais desqualificados e padronizados exigiriam competências relacionais, organizacionais e comunicacionais que fazem embalar a máquina da valorização capitalista.

Principalmente desde meados do século XX, a classe média passou a referir-se a camadas muito diversas, como constatado por Estanque (2012, p. 35), entre as quais empregados de escritório, funcionários, burocratas e tecnocratas dos setores público e privado, professores, médicos, trabalhadores qualificados, etc. Aliado ao crescimento da mão-de-obra feminina (que soube aproveitar o recurso da educação), a redução do setor primário e o rápido aumento do setor terciário, enquanto o setor secundário apresentou constante contração, criou-se um cenário de ascensão de novos setores profissionais estimulados pelas políticas públicas e aumento das profissões liberais dos quadros superiores.

Fatores como escolaridade, vida profissional, novos direitos, oportunidades de carreira e evolução salarial somados a uma profunda alteração na estrutura global do emprego, como observado por Estanque (2012, p. 42), firmam a ideia de uma classe média sólida e ansiosa para mostrar o que possui. Assim, a nova classe média encontrou-se em posição diferenciada à classe trabalhadora, não apenas pelo nível de rendimento, mas também pelo elevado padrão de consumo.

4 A CRISE ECONÔMICA E A CLASSE MÉDIA PORTUGUESA

4.1 OS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA SOBRE A CLASSE MÉDIA

Para Estanque (2013, p. 172), em Portugal “compôs-se uma “peça teatral” [...] evoluindo mais tarde para uma farsa onde a classe trabalhadora fingiu ser “classe de serviço” da sua contraparte”. Hoje, porém, a ilusória classe média envolvida no drama do empobrecimento, vê-se próxima do ato final de tal farsa, que como qualquer tragédia, ao excitar o terror ou a piedade, parece que irá terminar envolvida em um funesto acontecimento.

O cenário de ascensão da classe média, porém, foi digno. De fato, entre 2003 e o primeiro trimestre de 2008, como destacado por Prates e Cunha (2009, p. 3), a economia mundial estava em ritmo de expansão favorável, devido a fatores como crescimento elevado associado à inflação baixa; retomada de dinamismo em regiões que anteriormente apresentavam níveis baixos de expansão de renda; e, melhoria substancial nas finanças públicas e contas externas das economias em desenvolvimento.

Nesse cenário de aparente facilidade de consumo, a classe média é seduzida pelo apelativo marketing consumista e muitos portugueses começam a endividar-se com apartamentos, automóveis, eletrodomésticos e viagens de férias, envolvidos pela ilusão de poder cumprir com compromissos, contando com salários que foram contraídos ou já inexistem em situações de desemprego. Oliveira Neto (2012) diz que “esta nova classe média passará não só consumir o que é de produção capital de bens, mas consumirá (ou consome) o que é de capital imaterial, ou seja, irá atrás de conhecimento, principalmente na esfera dos estudos”.

Marx (1983, P. 939) já dizia que “antes de mais nada, o objetivo da produção capitalista não é apossar-se de outros bens, e sim apropriar-se de valor, de dinheiro, de riqueza abstrata”. Portanto, como dito por Galbraith (1992, p. 14), “todas as crises envolvem um endividamento que, de uma ou outra maneira, tornou-se perigosamente desproporcional aos meios de pagamentos subjacentes”.

Se Marx (1983, p.263) diz que “o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do

capital”, então o capital sempre realiza movimentos em busca das maiores taxas de lucro. Como a desregulamentação do sistema financeiro norte-americano afetou gravemente o equilíbrio entre a esfera produtiva e a órbita da circulação. Costa (2008, p. 6) analisa que a grandeza desse deslocamento já indicava que não haveria mais-valia capaz de remunerar tamanhos recursos especulativos. A crise financeira viria a acabar com os avanços da classe média em Portugal.

A crise econômica mundial de 2008 foi, assim, para Cardote (2009, p. 2), resultado da corrida especulatória no mercado de ações e, posteriormente, no mercado de títulos *subprime* iniciada a partir do sistema financeiro norte-americano. Como os empréstimos *subprime* eram dificilmente liquidáveis, a situação de insolvência provocou perdas financeiras maciças não só para os Estados Unidos, mas acarretou efeitos globais⁵ do colapso, demonstrando a interdependência⁶ econômica em um sistema globalizado. A Robert Schuman Foundation (2011, p. 4) apresenta que, “em 2009, o PIB mundial contraiu em 0,6%, sendo a primeira recessão a nível mundial desde a Segunda Guerra Mundial”.

Campos (2001) diz que "as verdadeiras crises capitalistas, qualquer que seja a sua causa inicial, são colapso da totalidade, do conjunto da estrutura da produção, do consumo, da circulação". Assim, para Costa (2008, p. 13), “esta é a primeira crise grande crise realmente completa do sistema capitalista, por isso mais complexa e potencialmente explosiva, uma vez que envolve toda a vida social do sistema capitalista”.

Esta crise, por sua força de impacto, promoveu caos sistêmico ao colocar em situação de desespero uma imensa massa de pessoas prejudicadas em suas poupanças ou aposentadorias. A crise financeira tem ainda, para Dowbar (2008, p. 31) a particularidade de ser pouco transparente em termos de soluções para a população em geral. Ou seja, a crise revela o caráter de classe do Estado que quando a economia vai bem, permite que a burguesia aproprie os lucros, e, quando a economia vai mal, socializa os prejuízos com os trabalhadores. E esses mesmos

⁵ O mercado de imóveis norte-americano funcionou bem durante um tempo. Com a elevação das taxas de juros, as pessoas deixaram de pagar as prestações. As financiadoras, ao invés de ficarem com dinheiro, ficaram com um número gigantesco de imóveis e o preço relativo caiu. As empresas foram ao mercado vender ações em busca de dinheiro e isso espalhou a crise pelos mercados de todo o mundo.

⁶ Ver KEOHANE, Robert O. and NYE, Joseph S. Realism and Complex Interdependence. In: LINKLATER, Andrew (editor) International Relations Vol. II. Florence, KY, USA: Routledge, 2000.

Estados pouco fazem para aqueles milhões de pessoas que perderam suas casas e estão insolventes em inúmeras dívidas.

Costa (2008, p. 15) afirma que primeiramente surge a crise econômica, onde emergem todas as contradições do capitalismo e as principais instituições econômicas, antes sólidas e respeitáveis, desmoralizam-se diante da crise. Com a quebra das principais instituições, vêm a crise social. Começa a recessão econômica, trazendo desemprego, queda da renda dos trabalhadores e tensões sociais. Por fim, o clima psicológico das massas começa a se manifestar contra o governo, surge a crise política.

Os fluxos ascendentes de mobilidade social foram, segundo Estanque (2012, p. 69), reais durante algum tempo, porém, a classe média portuguesa possui duvidosa solidez quando comparada com outras sociedades europeias. A organização da atividade produtiva se apoia na interligação entre Estado e mercado, sendo o primeiro o grande ator de impulso em Portugal. Assim, com a diminuição do papel do Estado, a classe média vive sob o perigo do retrocesso e, portanto, eventuais contrações em setores como saúde, educação e segurança social, como impacto de medidas de austeridade, contribuiriam na fragilização da classe média.

Conforme revelado por Carmo (2010 apud Estanque, 2012, p. 71), o coeficiente de Gini⁷ confirma essa tendência, atingindo um valor de 3,6 em 2008, ano em que Portugal se situa entre os três países mais desiguais da União Europeia. Ainda, entre 2006 e 2009, o número de pessoas abrangidas pelo rendimento social de inserção⁸ aumentou em 36%, atingindo 804 mil indivíduos ao final de 2010.

Em uma economia de rendimento intermediário, como a de Portugal, que não completou plenamente o processo de industrialização e já precocemente avançou para uma base de serviços, Pochmann (2014, p. 45) diz que o uso do conceito de classe média pode se revestir de forma inconsistente com a realidade. Para Estanque (2013, p. 182), a classe média está se esfacelando, sendo que desde o

⁷ Indicador utilizado para medir a desigualdade de rendimento entre os membros de uma comunidade. Varia numa escala de 0 a 1, sendo zero uma situação de total igualdade e cem, o monopólio de rendimentos por um só indivíduo.

⁸ Mecanismo da Segurança Social Portuguesa de apoio às necessidades básicas, visando a inserção laboral, social e comunitária.

início do milênio, assistiu-se uma gradativa retirada de direitos laborais e sociais, gerando maior insegurança e risco particularmente para a classe média, a violência da crise de 2008 revelou e agravou a condição precária e instável daqueles trabalhadores dos serviços e da administração pública que chegaram a adotar comportamentos de consumo típicos da classe média. O *The Economist* (2009, p. 22, tradução nossa) resume o dilema da crise: “Na verdade, a escolha depende dos interesses da economia como um todo. Mas no final de contas, são os contribuintes e os poupadores que pagam pela crise financeira”.

O desemprego como fator determinante na capacidade de geração de riqueza, conforme Cantante (2011), “tem implicações diretas na diminuição das receitas do Estado e da Segurança Social, bem como no aumento das despesas com a proteção social, mas, sobretudo porque multiplica o risco de pobreza”, afetando diretamente os indivíduos e suas famílias.

Na Tabela 1 pode-se observar a evolução do desemprego em Portugal nos últimos anos juntamente com o total da população empregada para comparação.

Tabela 1 – Evolução do número de empregados e desempregados em Portugal, entre 2007 e 2013

	População empregada (milhares)			População desempregada (milhares)		
	Total	H	M	Total	H	M
2007	5169,7	2789,3	2380,4	448,6	196,8	251,8
2008	5197,8	2797,1	2400,7	427,1	194,3	232,7
2009	5054,1	2687,6	2366,5	528,6	261,3	267,4
2010	4978,2	2644,5	2333,6	602,6	287,3	315,3
2011	4837,0	2574,5	2262,5	706,1	366,0	340,1
2012	4634,7	2443,6	2191,1	860,1	453,9	406,2
2013	4513,5	2369,9	2143,6	875,9	454,4	421,5

Fonte: INE, 2014 apud Observatório das Desigualdades, 2014^a

Dowbar (2008, p. 33) diz que “a perda de empregos por parte de gente que estava cumprindo bem as suas funções produtivas, porque uns irresponsáveis

gostam de ganhar dinheiro com poupança dos outros, gera indignação”. O desemprego, a perda de poder de compra e, principalmente, o medo, levaram os portugueses a trabalhar cada vez mais por menos dinheiro e em piores condições. A degradação social está fazendo com que a fronteira entre classe média e classe operária desapareça.

Na Tabela 2 é revelado um dos principais problemas da economia portuguesa, os desempregados correspondentes aos grupos etários dos 35-44 anos e dos 45-64 anos, que apresentam uma menor qualificação escolar relativa, representam a grande maioria dos 419 mil desempregados estimados pelo INE para o 3º trimestre de 2010, que não tinham ido além do 9º ano de escolaridade.

Tabela 2 - Desemprego em Portugal no 3º trimestre de 2010

	Número de desempregados (milhares)	Peso relativo (%)	Taxa de desemprego (%)
Total	609,4	100	10,9
Homens	281,2	46,1	9,6
Mulheres	328,2	53,9	12,4
Idade			
15-24 anos	98,8	16,2	23,4
25-34 anos	186,6	30,6	13,2
35-44 anos	138,8	22,8	9,5
45-64 anos	185,2	30,4	8,1
Nível de escolaridade			
Até o 9º ano	418,6	68,7	11,5
Ensino secundário	122,3	20,1	11,7
Ensino superior	68,5	11,2	7,8

Fonte: Inquérito ao Emprego (INE) apud CANTANTE, 2011.

Para ser competitivo com países que não assentam suas economias em vantagens comparativas resultantes de baixos custos da mão-de-obra e

desregulamentação de direitos laborais⁹, Cantante (2011) ressalta que Portugal, ao garantir que sua população economicamente ativa aumente suas habilitações formais, conhecimentos e competências pode possibilitar aumento do volume e qualidade dos produtos e serviços, assegurando a evolução da estrutura de empregos, que, no 3º trimestre de 2010, tinha 23,2% da população empregada em contratos de trabalho por tempo determinado ou outro tipo vínculos laborais mais precários.

O trabalho se tornou, segundo Standing (2014 apud Estanque, 2014), “frágil e instável, sujeito às contingências do mercado, à informalização, às agências de emprego, ao regime de tempo parcial, ao falso autoemprego e ao *crowdsourcing*”. Usando como referência o salário mediano¹⁰ analisado por Cantante (2013, p. 141 apud Estanque, 2014), que em 2009 era de apenas 741 euros brutos, teremos na classe média¹¹ 51,4% dos assalariados portugueses. Parece, portanto, evidente que a classe média é o segmento onde mais incidem os vínculos precários de trabalho, implicando na degradação das condições de vida e em uma pauperização estrutural crescente.

Segundo Estanque (2012, p. 71), pessoas que tinham salário e uma vida desafogada, agora se encontram vulneráveis, muitas vezes sem ter o que comer ou um teto para se abrigar, gerando uma situação de vergonha e desconforto psicológico nunca vista antes.

Quanto às análises de Torres e Lima (2014) sobre os jovens não empregados que não estão em educação ou em formação, em 2012, 14,1% dos indivíduos com idade entre os 15 e 24 anos estavam nessa situação, representando 159,5 mil indivíduos, e se considerarmos a população entre os 25 e 34 anos a taxa atinge 18,9%, portanto, 275,4 mil indivíduos. A situação assume ainda maior relevância já que os fluxos de emigração aumentaram expressivamente nos últimos anos e, mesmo assim, verificou-se um crescimento dos designados.

⁹ Lembrando que remunerações médias em Portugal, no contexto da União Europeia, o terceiro valor mais elevado no que à precariedade dos vínculos laborais diz respeito. E políticas econômicas baseadas nesses fatores colocariam Portugal numa batalha desigual com países como a China (CANTANTE, 2011).

¹⁰ Ou seja, o valor situado no meio, em que metade da população ganha abaixo e a outra metade ganha acima desse valor.

¹¹ O autor considera o intervalo econômico situado entre 75% e 150% do ganho mediano como correspondente aos ganhos da classe média.

Santos (2011, p. 67) ainda relembra que por vezes, não é sequer necessária a perda do emprego para que um indivíduo entre em dificuldades. Graves mudanças das condições laborais, múltiplos compromissos financeiros e fragilidade das poupanças pessoais são fatores que contribuem para a instabilidade financeira dos indivíduos. Hirata (2011, p. 18) destaca que merecem atenção na análise da relação entre saúde e trabalho, as consequências da intensificação do trabalho verificada nos últimos anos sobre a saúde mental e física e as consequências do trabalho precário induzido pela subcontratação e pelas formas ditas atípicas de trabalho.

Carmo e Cantante (2014) observam que cerca de 20,7% dos empregados portugueses estão em situação de contratos por tempo determinado e o que torna este dado preocupante é que cerca de 87,2% desses trabalhadores não estão em contratação por tempo determinado por opção voluntária. Outro fator indicativo do caráter involuntário ao qual os trabalhadores estão se submetendo é que, apesar de apenas 12% dos empregados exercerem trabalho em termo parcial, 47,9% destes gostariam de trabalhar em tempo integral.

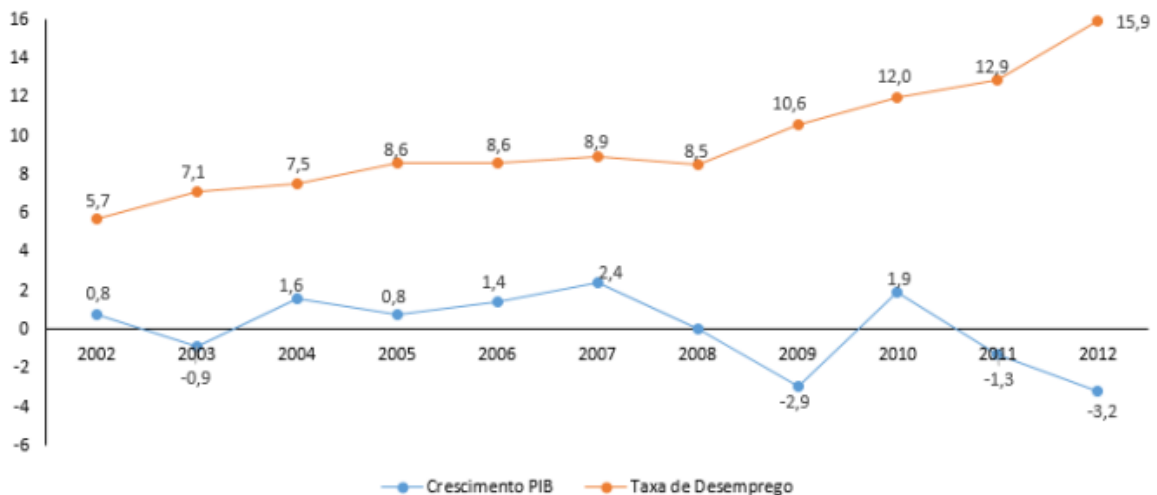
Para Santos (2011, p. 60), o aumento da pobreza é o impacto social da fragmentação de uma frágil classe média, quando as fortes medidas de austeridade do governo português e o desemprego anulam o efeito de mobilidade através do Estado.

Das formas como a crise se manifesta em Portugal, Ribeiro (2008) diz que “a mais demolidora decorre do abrandamento dos principais mercados de destino das mercadorias e serviços vendidos pelo país, inviabilizando fazer das exportações o motor do crescimento do PIB, como vinha acontecendo”. A Robert Schuman Foundation (2011, p. 26) analisa que a crise deu origem a uma dinâmica de reforma para corrigir a acentuada deterioração das finanças públicas, afetando gravemente vários países da zona euro e comprometendo a credibilidade da moeda única europeia. Essa reforma tem como principais objetivos o estabelecimento de um quadro permanente para a gestão de crises e para ajudar os países em dificuldades financeiras; o reforço da disciplina orçamental; e, a introdução da coordenação macroeconômica para reduzir os desequilíbrios que desestabilizam a zona do euro.

Segundo dados do Observatório das Desigualdades (2014b), o PIB per capita português “medido através do índice Paridade do Poder de Compra Padrão (PPS¹²) representava em 2012 76% do valor médio deste indicador nos países da UE-28”. E, a Robert Schuman Foundation (2011, p. 23), analisa que cinco países dentro da zona são comumente vistos sobre a mesma perspectiva, os chamados PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha) simultaneamente à deterioração de suas finanças públicas, estão expostos a altas taxas de juros para se refinanciar nos mercados. O aumento das taxas reflete as dúvidas¹³ sobre a sustentabilidade financeira destes Estados, fazendo com que medidas de austeridade fossem adotadas e importantes reformas estruturais envolvendo ajustamento difícil fossem necessárias.

Na Figura 1 podemos observar que a situação do desemprego agrava-se conforme se verifica uma quebra da taxa de evolução do PIB, sendo que nos últimos cinco anos houve um agravamento mais significativo.

Figura 1 - Taxa de crescimento real do PIB e taxa de desemprego em Portugal (%)



Fonte: Eurostat, 2014 apud Observatório das Desigualdades, 2014^a

¹² O PPS é o termo técnico utilizado pelo Eurostat para nomear a moeda comum nas quais as contas nacionais agregadas são apresentadas quando ajustadas pelas diferenças de preços que resultam da aplicação do deflactor PPP.

¹³ Grande parte dos receios sobre a capacidade de pagamento das dívidas dos PIIGS deve-se às agências de notação de crédito.

4.2 AS MEDIDAS TOMADAS PARA MINIMIZAR A CRISE ECONÔMICA

Desequilíbrios já eram datados de muito antes da crise. Os PIIGS se aproveitaram do ingresso na Zona do Euro, coincidentemente com um período de alta liquidez internacional, para expandirem seu endividamento público. Para evitar uma contaminação, esses países receberam ajuda financeira de países mais fortes da Zona do Euro e de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), mediante, obviamente, a imposição de compromissos de ajuste fiscal.

Por muito tempo este estrato intermediário denominado classe média se mantém relativamente confortável, mas, segundo Tocqueville (1988, p. 272 apud Estanque 2003, p. 4), “mantém com ardor inigualável o desejo de enriquecer”.

Calil (2011) comenta que “em nome da austeridade e da necessidade de cortar custos, foram anunciadas medidas dramáticas, que em seu conjunto implicam em uma regressão social sem precedentes nos 37 anos de democracia portuguesa”. E lembrando que a economia em Portugal tem sérios problemas estruturais, sendo que a indústria portuguesa não consegue valorizar seus produtos e anualmente perde espaço para a concorrência, sendo que segundo dados da Robert Schuman Foundation (2011, p. 25), a taxa de crescimento médio do PIB português não atinge sequer 1% nos dez primeiros anos do século XXI. Em 2009, o déficit orçamentário atingiu 9,4% e em 2010 a dívida pública já era de 83% do PIB. As medidas de austeridade incluem um aumento da taxa do IVA de 21% para 23% e aumento dos impostos sobre o rendimento das sociedades. Além disso, os grandes investimentos foram adiados e algumas empresas públicas foram privatizadas.

No início de 2010, os governos da Zona do Euro anunciaram um pacote para socorrer os países integrantes com problema de dívida pública bastante elevada. Moreira (2010, p.11) revela que primeiramente foi criado pelos governos europeus um fundo de 500 bilhões de euros. Segundo, o FMI se comprometeu com 250 bilhões de euros adicionais. Terceiro, o Banco Central Europeu decidiu adquirir os bônus dos membros sob ataque.

Portugal conhecia a Troika, comitê formado pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo FMI. Foi a Troika que avaliou as contas reais de

Portugal e avaliou o programa de resgate para definir as necessidades de financiamento do país. Coelho (2012) afirmou que “quem manda em Portugal, [...], é a Troika”, fato que faz reconhecimento à comissão que, apesar talvez um pouco tardia, era a solução possível para evitar um incumprimento desordenado da dívida soberana, porém deixando faltar atenção a alguns impactos econômicos e sociais negativos das estratégias de ajustamento nos países sob programa.

Martín (2009) analisa que o compromisso com a Troika propunha que o ajuste deveria ser feito 67% via redução de gasto público e apenas 33% via aumento de arrecadação, portanto, a fórmula passa por reduzir o gasto público e o peso do Estado. Porém, a realidade é de que o corte de gastos só corresponde a 22% enquanto os impostos, 78% do ajuste, com consequente compressão do consumo da população, que agora deve pagar 2,85 euros para utilizar o serviço de trem ou 15 euros para ser atendido em urgências.

Dentre as medidas anunciadas nas diretrizes gerais do Orçamento de Estado para 2012, Calil (2011) destaca o aumento da jornada de trabalho em meia hora por dia, aumentando a extração de mais valia já que aumentos salariais não acompanharam a decisão, além das extinções do passe estudantil e de quatro feriados. Todas estas são medidas provisórias, perdurarão e se prolongarão “enquanto a resistência popular não for suficientemente forte para derrotá-las”.

Costa (2008, p. 16) diz que “por mais paradoxal que pareça, é exatamente nos períodos de crise que o sistema se recicla, queimando, concentrando e centralizando capitais para alcançar um patamar superior”. Assim, a antiga classe de serviços, num contexto de vulnerabilidade tende, segundo Estanque (2014), a “tornar-se uma classe rebelde, em especial os seus setores em processo de formação, como é o caso dos mais jovens”.

Estanque (2005) diz que “neste contexto de profundas mutações sócio-laborais que podemos dizer que – recuperando novamente a referência a Marx – a ‘luta de classes’ deixou de ser o ‘motor da história’ e perdeu significado no terreno político”. Assim, para o autor, aperfeiçoaram-se a “eficácia dos mecanismos de sujeição, e aumentaram extraordinariamente o individualismo, a ideologia

consumista, os fatores promotores de aceitação, consentimento e alienação dos trabalhadores”.

O sindicalismo se desenvolveu apenas timidamente em Portugal, onde à medida que crescia a classe de serviços, reduziam-se as taxas de filiação sindical, porém, para Estanque (2008, p. 184), o atual contexto apresenta um conjunto de desafios para revitalizar o movimento sindical e outros movimentos sociais perante as preocupantes desigualdades e injustiças.

A mobilização popular não se deve apenas a motivações políticas e econômicas, mas também a fatores culturais e identitários. Em Portugal, o sindicalismo e os movimentos populares se misturaram de tal modo que se torna impossível distingui-los. Estanque (2008, p. 186) constata que, com a institucionalização da democracia representativa e a posterior adesão do país ao clube da União Européia, o campo laboral e as estruturas sindicais foram progressivamente colocadas perante problemas comuns aos outros países europeus, onde já não são os direitos laborais que se pretende defender, mas apenas o emprego.

O desemprego, a perda de poder de compra e, principalmente, o medo, levaram os portugueses a trabalhar cada vez mais por menos dinheiro e em piores condições. A degradação social está fazendo com que a fronteira entre classe média e classe operária desapareça. Segundo Estanque (2012, p. 71), pessoas que tinham salário e uma vida desafogada, agora se encontram vulneráveis, muitas vezes sem ter o que comer ou um teto para se abrigar, gerando uma situação de vergonha e desconforto psicológico nunca vista antes.

Nesse contexto, lembrando seu caráter rural, a estrutura social portuguesa se mantém em estratégias de sobrevivência a exemplo da sociedade-providência, que se estende por uma rede de ajuda baseada em laços de parentesco e de vizinhança, sob a qual, pequenos grupos realizam uma forma não mercantil de serviço, buscando apenas a realização de valorização social. Porém, a exemplo do Estado-providência, a sociedade-providência também é sobrecarregada e, portanto, fragilizada em épocas de crise.

Entre 2005 e 2009, o número de postos de trabalho vinculados ao Estado, conforme observado por Botelho et al. (2014), decresceu em torno de 12%. A partir de 2009 o encolhimento dos postos é atenuado, mas ainda assim encolhe em 7%, o que se prolonga ao período de tutela da Troika, decrescendo 8% entre 2011 e 2013.

Quanto aos componentes do IDH¹⁴, o Observatório das Desigualdades (2014c) assinala que Portugal “apresenta 79,9 anos de esperança média de vida, 8,2 anos médios de escolaridade, 16,3 anos esperados de permanência na escola e 24.130 dólares PPP de produto nacional bruto per capita”. O que faz com que o país continue a distanciar-se dos países com IDH muito elevado.

Em 2012, Portugal, segundo dados do Observatório das Desigualdades (2015), com um coeficiente de Gini de 0,342, era o 7º país mais desigual da Europa, continuando acima da média de 0,305 da UE-28. Entre 2003 e 2009, registou-se uma diminuição das desigualdades em Portugal, porém a partir de 2010 observou-se uma inversão dessa tendência, conforme pode ser observado na série temporal apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 - Evolução do Coeficiente de Gini em Portugal e na UE-27

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Portugal	0,381	0,377	0,368	0,358	0,354	0,337	0,342	0,345	0,342
UE-27	0,306	0,303	0,306	0,309	0,305	0,304	0,307	0,304	0,305

Fonte: EU-SILC 2014 (Eurostat) apud Observatório das Desigualdades

Carmo e Costa (2015) observam “um processo de agravamento prolongado das desigualdades [...] de rendimentos, de riqueza, de oportunidades de emprego, de direitos laborais, de acesso a serviços, de possibilidades de mobilidade social”. E

¹⁴ Dado de 2012 para esperança de vida e anos de escolaridade esperados e, dados de 2013 para média de anos de escolaridade e PNB per capita. Fonte: Human Development Report 2014 (PNUD).

tendo em conta a condição perante o trabalho, é a população desempregada que continua em maior risco de pobreza. Em 2013, Matias (2015) analisa que o risco de pobreza¹⁵ das mulheres aumentou, situando-se agora nos 20%, enquanto nos homens o risco de pobreza é de 18,9%.

Em 2013, segundo dados do INE (2014, p. 4), 25,5% dos residentes em Portugal viviam em privação material, valor 3,7% superior ao ano anterior. Destacam-se nesse cálculo alguns fatores como 59,8% das pessoas não poderem pagar uma semana de férias por ano fora de casa e 28% sequer podiam manter a casa adequadamente aquecida, além de 43,2% assumiram incapacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza.

Santos (2008) afirma que “um país sem classe média é uma auto-estrada para o banditismo, a violência e a criminalidade”. A destruição da classe média, portanto, não é bom negócio para ninguém. Mas, apesar de poder ser considerada o pilar fundamental da sociedade, são as entidades financeiras que recebem regalias, resgates, injeções de capital, estímulos e linhas de crédito. Para a classe média, sobram cortes, medidas duras e sacrifícios. Eis a maior mentira da crise para Estanque (2012), de que toda a população está no mesmo barco.

Em Portugal, entre 2007 e 2011, Matias (2014) observa que o rendimento disponível dos agregados reduziu 2,3% ao ano, com destaque para a diminuição de 1,9% no rendimento dos 10% mais pobres. Ainda houve aumento da pobreza entre a população total e principalmente entre os mais jovens. O INE (2014, p. 6) revela que “o limiar, ou linha de pobreza relativa¹⁶ reduziu-se de 4.994 euros para 4.904 euros, ou seja, 416 euros para 409 euros em termos mensais”.

Para Camacho (2013, p. 41), “a situação beira o fracasso total”, anunciado e previsível de políticas que não parecem querer reestabelecer a estabilidade financeira e econômica, mas sim um processo de reorganização social para imergir as classes trabalhadoras num nível de pobreza e desespero tal qual seja possível.

¹⁵ Segundo o INE, proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

¹⁶ Corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes.

Muitos portugueses acabam emigrando para fugir da situação e essa situação de esvaziamento é mais dramática ainda em cidades do interior. O governo tenta atrair investidores ao conceder vistos de residente temporário¹⁷, válido por cinco anos, para aqueles que comprarem imóveis com valor superior a 500 mil euros, fato que possibilitaria mais dinheiro circulando na economia portuguesa.

Martín (2014) enfatiza que “Portugal não tem dinheiro; as empresas não têm dinheiro, as pessoas não têm dinheiro (a alta taxa de poupança de 14% significa medo, embora o desemprego tenha caído para 13,1%)”. A falta de capital é um desastre.

Segundo Lojkine (2007, p. 41) está havendo uma composição de uma nova classe operária multi-identitária, criando condições para uma bipolarização com as classes dominantes. Este vínculo só se torna possível pelo crescente estado de pauperização, desqualificação e precarização do trabalho dos antigos quadros intermediários.

Estanque (2013, p. 181) evidencia que “a mudança estrutural numa sociedade tem inevitavelmente implicações na vida das pessoas e leva-as a traçar percursos pessoais muito diferenciados”. Camacho (2013, p. 51) completa ao afirmar que “estamos a caminhar para a construção não de uma sociedade, mas de duas, com diferentes acessos à saúde, à educação, aos bens, aos serviços e, em suma, ao futuro”.

¹⁷ Existindo a possibilidade de ascender à residência permanente ao fim de cinco anos e conseguir nacionalidade portuguesa após seis anos, nos termos da legislação em vigor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chamada classe média é uma categoria suscetível a diversas identificações subjetivas – inclusive nos níveis baixo, médio e alto – tornando-se uma categoria muito heterogênea que tem seu impacto estendido para muito além da estrutura produtiva, afetando, segundo Estanque (2003, p. 27) “as representações, ambições e expectativas de amplos setores da classe trabalhadora, nomeadamente através da esfera do consumo e na estruturação dos estilos de vida”.

A queda na disparidade educacional, juntamente com a maior facilidade de acesso à informação, tornou a educação um indicador menos preciso de posição social, embora constitua um fator decisivo de engajamento popular na avaliação da democracia. Assim, a capacidade da sociedade de adaptar-se à meritocracia para estabelecer a capacidade de alcançar estratos mais privilegiados.

Com a crise econômica de 2008, a classe média sofreu progressiva redução de direitos laborais e sociais, e ao aumento da insegurança e do risco, resultando num quadro social marcado pela terceirização, flexibilização, subcontratação, individualização e precariedade da força de trabalho. A debilidade do trabalhador se traduz na ideia de que o pior dos empregos é sempre preferível ao desemprego.

Os trabalhadores que conseguem manter seus empregos vivenciam uma regressão social que se manifesta na forma de corte de subsídios estatais, ampliação da jornada de trabalho, diminuição de gastos na educação e saúde, congelamento de salários e aumento dos impostos.

Evidentemente foi reduzida a dimensão do poder de consumo tão almejado como diferenciador fundamental de classe, dando novo relevo às trajetórias modeladoras dos estilos de vida e dos hábitos individuais. A diferença que separa os ricos dos pobres tem aumentado. A desigualdade é perversa, pois introduz sociedades à instabilidade. O problema vem das políticas que estão sendo aplicadas às pessoas e não às entidades. A classe média está a desaparecer.

A dinâmica capitalista com efeitos de crescimento econômico, acumulação lucrativa, mercado concorrencial, ganhos de produtividade, etc, tem como contrapartida uma sociedade que readapta e reinventa suas estruturas de classes constantemente.

São crescentes os casos de pobreza envergonhada perante situações de frustração e desespero em que para manter o nome, prestígio, notoriedade e imagem social ainda conduzem a reações ligadas à tentativa de manutenção, ainda que ilusória, do status. Mas na realidade, a classe média está fraca e ameaçada de proletarização.

Perante as grandes tendências que vêm ocorrendo na sociedade, a reflexão do significado da classe média tornou-se fundamental. Para além da realidade, a crença na realidade de uma classe média sólida, é tão ou mais importante que sua existência efetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Rogério Roque. **O salazarismo na lógica do capitalismo em Portugal.** Análise Social Vol. XVIII (72). Lisboa: Primavera, 1982, p. 995-1011.

BANK FOR INTERNACIONAL SETTLEMENT. **OTC derivatives market activity in the first half of 2008.** Switzerland: 2008.

BOTELHO, Maria do Carmo; MAURITTI, Rosário; NUNES, Nuno; CRAVEIRO, Daniela. **A mão esquerda e a mão direita do Estado português: que atuais tendências?** Observatório das Desigualdades e-Working Papers nº 4, 2014. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.com/>> Acesso em: 01 mai. 2015.

CAETANO, M. **Pelo Futuro de Portugal.** Lisboa: Editora Verbo, 1969.

CALIL, Gilberto. **Portugal: regressão social e resistências.** Correio da Cidadania (785). 2011. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/>> Acesso em: 02 mai. 2015.

CAMACHO, Santiago. **Como o capitalismo acabou com a classe média.** Lisboa: Editora A Esfera dos Livros, 2013, p. 31-52.

CAMPOS, Lauro. **A Crise Completa – A Economia Política do Não.** São Paulo: Boitempo, 2001.

CANTANTE, Frederico. **Que desemprego há hoje em Portugal?.** *Le Monde Diplomatique* - edição portuguesa (51). Lisboa: 2011.

CARDOTE, Leonardo Fernandes Rodrigues. **A crise econômica de 2008: a interdependência econômica e as mudanças no regime financeiro internacional.** Revista de Direito da Unigranrio Vol. II (2). Duque de Caxias: 2009.

CARMO, Renato Miguel; CANTANTE, Frederico. **Precariedade, desemprego e proteção social: caminhos para a desigualdade?** Observatório das Desigualdades, 2014. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.com/>> Acesso em: 01 mai. 2015.

CARMO, Renato Miguel; COSTA, António Firmino. **Desigualdades em questão.** Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2015.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica.** 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COELHO, Jorge. **Quem manda em Portugal é a 'troika'.** 2012. Disponível em: <<http://www.dn.pt/>> Acesso em: 20 mai. 2015.

COHN, Gabriel. **Perspectiva da Esquerda.** In: IANNI, Octavio; SINGER, Paul; WEFFORT, Francisco; COHN, Gabriel (orgs.). *Política e revolução social no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 119-120.

COSTA, Bolivar. **O Drama da Classe Média**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974, p. 99-113.

COSTA, Edmilson. **A crise mundial do capitalismo e as perspectivas dos trabalhadores**. Seminário Nacional PCB. São Paulo: 2008. Disponível em: <<http://economies.info/>> Acesso em: 26 abr. 2015.

DOWBOR, Ladislau. **A crise financeira sem mistérios: Convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais**. Economia Global e Gestão Vol. 13 (3). Lisboa: 2008, p. 9-38.

ESTANQUE, Elísio. **O “efeito classe média” – desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI**. In: CABRAL, M. Villaverde; VALA, Jorge; FREIRE, André (orgs.). *Desigualdades sociais e percepções de justiça*. Lisboa: ICS, 2003, p. 69-105.

ESTANQUE, Elísio. **O Despotismo Fabril: violência e poder numa empresa industrial do calçado**. Revista Portuguesa de História (37). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, p. 131-152.

ESTANQUE, Elísio. **Sindicalismo e movimentos sociais**. In: JANUS 2008. Anuário de Relações Internacionais. Lisboa: UAL/Jornal Público, 2008, p 184-187. Disponível em: <<http://janusonline.pt/>> Acesso em: 04 mai. 2015.

ESTANQUE, Elísio. **A classe média: ascensão e declínio**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

ESTANQUE, Elísio. **A classe média como realidade e ficção**. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, p. 171- 184.

ESTANQUE, Elísio. **Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013)**. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (103). 2014.

FERRAZ, Cristiano Lima. **Marxismo e teoria das classes sociais**. Politeia: História e Sociedade Vol. 9 (1). Vitória da Conquista: 2009, p. 271-301.

GALBRAITH, John Kennet. **Uma breve história da euforia financeira**. São Paulo: Pioneira, 1992.

HIRATA, Helena. **Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão**. Caderno CRH Vol. 24 (01). Salvador: 2011, p. 15-22.

INE. **Rendimento e condições de vida – 2013 (dados provisórios)**. Destaque, informação à comunicação social. 2014. Disponível em: <<http://www.ine.pt/>> Acesso em: 01 mai. 2015.

LOJKINE, Jean. **O novoariado informacional. Nas fronteiras doariado**. *Crítica Marxista* (25). São Paulo: Editora Revan, 2007, p. 31-46.

LUCENA, Manuel. **Reflexões sobre a queda do regime salazarista e o que lhe seguiu**. *Análise Social* Vol. XXXVII (162). Lisboa: Primavera, 2002, p. 7-46.

MARTÍN, Javier. **Portugal, à venda**. El País. Lisboa: nov. 2014. Disponível em: <<http://elpais.com/>> Acesso em: 23 abr. 2015.

MARX, Karl. **Teorias sobre a Mais-Valia**. Vol. III. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1983.

MATIAS, Ana Rita. **Aumento da pobreza e desigualdades em Portugal**. 2015. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.com/>> Acesso em: 28 abr. 2015.

MATIAS, Ana Rita. **Relatório OCDE: Aumento das desigualdades nos países da OCDE (2007-2011)**. 2014. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.com/>> Acesso em: 30 abr. 2015.

MILLS, Wright. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 85-96.

MOREIRA, Edilson Marques. **Um olhar para a crise dos PIIGS**. Indicadores Econômicos FEE Vol. 38 (2). Porto Alegre: 2010, p. 7-16.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. **A evolução do desemprego em Portugal: taxa de desemprego em 2013 é a mais alta da última década**. 2014a. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.com/>> Acesso em: 30 abr. 2015.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. **PIB per capita português representa 3/4 do valor desta medida nos países da UE-28**. 2014b. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.com/>> Acesso em: 30 abr. 2015.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. **Índice de Desenvolvimento Humano: Desaceleração no crescimento nos últimos anos**. 2014c. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.com/>> Acesso em: 30 abr. 2015.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. **Coeficiente de Gini: Portugal entre os países da UE mais desiguais na distribuição do rendimento**. 2015. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.com/>> Acesso em: 28 abr. 2015.

OLIVEIRA NETO, Ariston de. **A nova classe média ou nova classe consumidora?** CUFSA. Santo André: 2012.

ROBERT SCHUMAN FOUNDATION. **Europe and the Global Financial Crisis: Taking stock of the EU's policy response**. 2011.

PIMENTEL, I. F. **A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40**. Análise Social Vol. XXXIV (151/152). Lisboa: Primavera, 2000, p. 477-508.

POCHMANN, Marcio; PEREIRA, Marcelo; BARBOSA, Alexandre; SILVA, Ronnie; AMORIM, Ricardo (orgs.). **Atlas da nova estratificação social no Brasil Vol.1: Classe média desenvolvimento e crise**. São Paulo: Editora Cortez, 2006, p. 13-26.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média – capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 19-45.

PRATES, D.M; CUNHA, A.M. **O efeito-contágio da crise financeira global nos países emergentes.** Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo: Anais PUC-SP, 2009.

RIBEIRO, J. CADIMA. **A actual crise financeira mundial e a economia portuguesa.** Diário do Minho. Braga: 2008.

ROSA, Eugénio. **Convergência dos preços mas não dos salários e rendimentos entre Portugal e a União Européia.** 2007. Disponível em: <<http://www.odiarrio.info/>> Acesso em: 30. abr. 2015.

ROSAS, Fernando. **O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo.** Análise Social Vol. XXXV (157). Lisboa: Primavera, 2001, p. 1031-1054.

SANTOS, B.S; FERREIRA, S. **A reforma do Estado-providência entre globalizações conflitantes.** In: HESPANHA, P; CARAPINHEIRO G. *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?* Porto: Afrontamento, 2001, p. 177-225.

SANTOS, Nicolau. **Os graves riscos do empobrecimento da classe média.** 2008. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/>> Acesso em: 29 abr. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Portugal – ensaio contra a autoflagelação.** São Paulo: Editora Cortez, 2011, p. 57-75.

SINGER, Paul. **A política das classes dominantes.** In: IANNI, Octavio; SINGER, Paul; COHN, Gabriel; WEFFORT, Francisco (orgs.). *Política e revolução social no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 119-120.

SOUZA, Amaury de & LAMOUNIER, Bolívar. **A classe média brasileira – ambições, valores e projetos de sociedade.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010, p. 13-29.

THE ECONOMIST. **A Special Report on the Future of Finance.** 24 de Janeiro de 2009.

TORRES, Sónia; LIMA, Francisco. **Dinâmica e caracterização dos jovens não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF) em Portugal.** Instituto Nacional de Estatística. 2014.

VAKALOULIS, Michel. **Um novo salariado? Debate em torno do livro de Jean Lojkine.** *Crítica Marxista* (28). São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2009, p. 127-142.

WEBER, Max. **Classe, “status”, partido.** In: VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (orgs.). *Estrutura de classe e estratificação Social.* 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

GLOSSÁRIO

Crowdsourcing – Processo de obtenção de serviços, ideias ou conteúdo através de informações oriundas de uma multidão.

EU-SILC – European Union Statistics on Income and Living Conditions.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

IVA – Imposto sobre o valor agregado, tributa o “valor acrescentado” das transações efetuadas.

PIB – Produto Interno Bruto.

PIIGS – acrónimo pejorativo usado para designar o conjunto das economias de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha.

PNB – Produto Nacional Bruto.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PPP – Purchasing Power Parities.

PPS – Purchasing Power Standard.

Subprime – Forma de crédito hipotecário de alto risco.

UE-27 – União Europeia ainda sem a inclusão da Croácia como Estado-membro.

UE-28 – União Europeia com os atuais 28 Estados-membros.